

A democracia e a advocacia são indivisíveis

» DÉLIO LINS E SILVA JR.

Presidente da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Neste 11 de agosto, Dia da Advocacia, data em que celebramos a criação das duas primeiras faculdades de direito no país, em 1827, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP) e a Faculdade de Direito de Olinda (PE), vivemos um tempo em que a nossa atuação, como profissionais, se faz ainda mais imprescindível em três frentes: pacificação social, defesa da democracia e valorização da carreira.

No país, o clima de conflagração é alimentado, cotidianamente, pelas disputas políticas, sobretudo dos partidários das duas candidaturas que despontam nas pesquisas. Fake news, violência política, discurso de ódio e de ressentimento são combustíveis perigosos para a manutenção da nossa jovem democracia.

Diante disso, a advocacia pode e deve dar o tom de pacificação e, também, tem de chamar a atenção para a valorização dos pilares democráticos. Não há como escrever sobre este 11 de agosto sem buscar os pontos de equilíbrio entre nós, advogados. Mesmo que haja um engajamento pessoal, deve haver um parâmetro de atuação que prime pela defesa da constitucionalidade, da legalidade e do respeito ao direito ao voto de todos os cidadãos.

Há um sério risco de a abstenção aumentar, de votos nulos e brancos também se ampliarem porque quem está fora das esferas de poder e de disputas quer paz, trabalho, renda e alimentar suas famílias, haja vista o crescimento da fome, a insegurança alimentar que nos cercou.

É desarrastado termos nos discursos inflamados a falta de propostas concretas — de todos os lados — para as mazelas que, de fato, importam aos cidadãos e pior ainda os afastam das urnas. É evidente que isso só concorrerá para que se eleja um governo que não é de maioria, que não tem respaldo para liderar um projeto de crescimento sustentável e que não tem capacidade para diminuir as desigualdades sociais.

Se de um lado temos esse dever cívico, no Dia da Advocacia, não podemos também deixar de abordar outro aspecto que conta para cada cada advogado, em particular, e que vive a agonia de dias de incertezas. Como Ordem, temos de apoiar e fazer campanhas pela valorização da advocacia. Temos um contingente de profissionais aguardando que haja pacificação social e um ambiente revigorado de democracia, no país, para terem trabalho e renda, tanto



G O M E Z

como em qualquer outra profissão.

Culturalmente, o brasileiro espera as coisas azedarem para chamar um advogado. Sabemos, no entanto, que a advocacia é imprescindível, cada vez mais, não só para o momento político delicado que estamos vivendo, mas para a vida civil como um todo. Para a economia e para os negócios, para a fluidez nos atendimentos de saúde, para a segurança, enfim: para todos os aspectos da vida em sociedade, a advocacia é pilar fundamental.

Trabalho a fazer existe, e muito. O Poder Judiciário está, cada vez mais, abarrotado de processos que poderiam ser evitados, isso em todas as esferas e áreas do direito. Temos inúmeras reclamações quanto ao atendimento, mesmo com a busca de ferramentas digitais e o emprego de fluxos mais ágeis possibilitados pela tecnologia. A conta na virtualização não está fechando: temos pendentes as urgências dos clientes e dos advogados versus respostas demoradas do Judiciário.

Mesmo com os presidentes de Ordem e as Comissões de Prerrogativas do Brasil todo mobilizando-se para dar mais e melhores respostas à lentidão judicial e, por vezes à agressividade, com que são tratados os colegas da advocacia em juízo e em delegacias e outros espaços,

para acelerar o atendimento eficiente e eficaz, nada substituirá o ser humano. São as pessoas que podem fazer a diferença, seja no diálogo, seja na mediação de conflitos.

A tarefa da OAB, quanto ao respeito às prerrogativas, no entanto, é semelhante a enxugar gelo. Estamos oficiando Cortes, fazendo levantamentos, acompanhando e agindo em relação aos chamados que recebemos, realizando protestos públicos, sempre apoiando saídas para viabilizar a dignidade das pessoas que trabalham. Só que o sistema não é inesgotável!

Não se pode falar em Estado mínimo nem Estado máximo. Não tem que se reduzir as estruturas de atendimento do Judiciário ou de delegacias, por exemplo, a poucos funcionários que operam sistemas, ou ampliar infinitamente a máquina pública para atender às crescentes transações em sociedade, ou à garantia intransigente e constitucional da ampla defesa e do contraditório.

Precisamos é pensar em reordenamentos, novos fluxos, mais eficiência, mas isso, sabemos, só vai ocorrer quando superarmos confrontos que nos dispersam. Como disse Tancredo Neves, celebradamente e em aula histórica: “Não vamos nos dispersar”. Sigamos trabalhando pela democracia!

A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi a porta de entrada para o ESG

» THIAGO CARVALHO PINTO
Fundador e CEO da Eureciclo

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei nº 12.305), completou 12 anos. Com diversas evoluções até hoje, é um grande marco para o desafio da gestão do pós-consumo. Ela foi publicada em 2 de agosto de 2010, após 20 anos de discussão, e estabeleceu importantes diretrizes para o gerenciamento adequado do lixo reciclável.

Os dados do país merecem atenção: ainda hoje, com todo o avanço conquistado, reciclamos só 4% dos resíduos sólidos, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). É um índice inferior ao de países com mesma faixa de renda e grau de desenvolvimento econômico, como Argentina e Turquia, com 16% (International Solid Waste Association, Iswa).

Mesmo com imenso caminho a percorrer (em todo o mundo), é fato que houve resultados significativos que provam a importância da legislação no Brasil. O principal ponto foi a criação da responsabilidade compartilhada, que define que todos os envolvidos na cadeia, como fabricantes, importadores, comerciantes, consumidores e serviços públicos, devem fazer sua parte.

Era necessário ter essa informação clara e registrada porque, na prática, a consciência se

perdia. Metas e fiscalização foram — e ainda são — imprescindíveis para garantir que as taxas de reciclagem cresçam. Gosto de reforçar a importância da economia circular: não existe outro caminho. Aqui entram os verdadeiros guardiões do meio ambiente, os povos indígenas. Precisamos fortalecer a consciência de que não existe “jogar fora”. Tudo que descartamos permanece no planeta. Sem legislações e compromissos firmados, como vamos garantir um futuro saudável para as próximas gerações?

Trago um pensamento do líder indígena, filósofo e poeta Ailton Krenak (livro *Ideias para adiar o fim do mundo*), a quem admiro fortemente: “A grande diferença que existe do pensamento dos índios e do pensamento dos brancos é que os brancos acham que o ambiente é ‘recurso natural’ (...) onde você vai e tira as coisas, tira as coisas, tira as coisas. Pro pensamento do índio (...) é um lugar que você tem que (...) andar com cuidado...”

O aniversário da PNRS me fez refletir sobre esse ponto. Portanto, enxergo-a como um instrumento fundamental para promover o trabalho dessa cadeia. É o que tem estimulado o setor corporativo a pensar com cuidado nos seus impactos. Além de ser uma responsabilidade individual com o futuro, dói no bolso, com muitas que podem chegar a R\$ 50 milhões.

Outro ponto que considero crucial é a força que demos à logística reversa. A economia circular é o segredo para o futuro, a versão tradicional e linear não tem mais espaço. Criar maneiras de recuperar os resíduos, após o descarte, é urgente. Mas, em um país tão grande, essa iniciativa é um enorme desafio.

E é por isso que algumas alternativas nasceram. O mercado de créditos de reciclagem, validado recentemente pelo Decreto Federal 11.044/2022 (mais uma evolução da PNRS), funciona de forma similar aos créditos de carbono. É uma estratégia de compensação, que permite que as empresas equilibrem os prejuízos, investindo financeiramente na reciclagem de volumes e materiais equivalentes.

Além de ser economicamente viável e promover o reaproveitamento de quantidades maiores de materiais, ainda tem uma função social, pois leva renda adicional aos agentes do setor. A remuneração contempla o preço de venda do resíduo mais o serviço ambiental. É uma forma de valorizar a mão de obra do setor, sem a qual não chegaríamos a lugar algum. A PNRS veio para garantir que a teoria vai sair do papel. Amadurece ano a ano e impulsiona o ecossistema a praticar o verdadeiro conceito do ESG.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Verás que o filho teu não foge a luta

Definitivamente, o Brasil não é para iniciantes e amadores. Como bem alertou em cartaz um jornalista americano, durante os Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Brasil: “Bem-vindos à selva”. Trata-se de um país em que a realidade fantástica está sempre à espreita, fornecendo, continuamente, material vasto para os mais inventivos ficcionistas. Até mesmo a realidade cruenta que se assiste nas ruas deste país, com a mendicância e a violência sempre em alta, é capaz de ofertar aos pescadores de almas e de homens vasto material literário ao estilo das distopias modernas, indo mais além até do que a *Comédia Humana*.

Em que outro país, um procurador de Justiça, que se destacou por seu empenho e disciplina no combate ao crime organizado, acabaria sendo condenado a ressarcir ao erário de R\$ 2,8 milhões, pelos gastos dispendidos com uma força-tarefa, que conseguiu repatriar R\$ 15 bilhões, roubados dos cofres públicos? Em que outro país, a nação, menos ousada e corajosa do que os criminosos, ficaria em silêncio diante da perseguição escancarada aos verdadeiros operadores da Justiça? Ou fazendo cara de paisagem quando homens de bem estão sendo fustigados sob o aplauso de parte da população conivente?

Em que outro ponto do mundo civilizado, veríamos os advogados de defesa indo e vindo das penitenciárias trazendo e levando recados dos chefões do crime para seus cúmplices do lado de fora? Em que outra banda da Terra, assistiríamos inertes à corrupção sistêmica e avassaladora corroer as bases de todo o Estado, levando o descrédito ao homem comum e incentivando os mais jovens ao cometimento de crimes, diante da imensa impunidade que reina entre nós? Num cenário tão inóspito, os mais espertos perceberam que a melhor estratégia para sobreviver nesse campo de batalha é fingir-se de morto. O problema é que essa estratégia não vale para aqueles que têm como função relatar os acontecimentos diários dessa guerra, contando e refazendo o número de mortos.

Diante de situações tão brutais como a que agora assistimos, com juízes e procuradores que atuaram no combate a maior operação policial do planeta, deflagrada contra poderosos criminosos do colarinho-branco, e que, por um curto período de tempo, nos trouxe a sensação de que estávamos finalmente ingressando no Primeiro Mundo, talvez teria sido melhor para esses profissionais, fingirem-se também de mortos.

O renascimento da nossa Hidra de Lerna, com suas múltiplas cabeças, todas elas prontas para atacar e dizer os recursos da nação, tem deixado muito claro, não apenas para esses profissionais, mas todos os demais, que eles estão sozinhos, deixados nus na arena dos tigres. A população, que poderia nesse e em outros casos históricos, fazer toda a diferença, permanece na plateia, torcendo ora pelo tigre, ora pelo infeliz barnabé, indiferente ao seu destino. O polegar da mão direita desses perversos foi pendido para baixo, indicando que o show macabro deve começar. O verdadeiro filho teu, que não foge à luta, ficou agora, cara a cara com a fera faminta, sozinho e abandonado nesta grande arena Brasil.

» A frase que foi pronunciada

“Adie por um dia, e dez dias passarão.”

Provérbio coreano

Partindo para a ação

» Estudantes do Sacré Coeur de Connecticut, Estados Unidos, chegaram a Brasília e foram direto ajudar na cozinha da Casa da Sopa, no Cruzeiro. Carolina e Olivia Figueiredo cortaram os legumes e participaram da distribuição.

Solidariedade

» Além do Cruzeiro, a Casa da Sopa também está instalada no Itapuã e Taguatinga. Apesar do nome, há distribuição também de almoço, nas quartas-feiras. A sopa é entregue em vários pontos da cidade. Às vezes, até em pronto-socorro, onde acompanhantes esperam por muitas horas sem se alimentar.

Voluntariado

» A Casa da Sopa foi fundada no início dos anos 1960, por Dom Ávila. Hoje, é parte da Pastoral Social da Catedral Militar Rainha da Paz no Eixo Monumental. O mote é: “Enquanto há comida, há distribuição”. Doação de legumes, verdura, carne, caixas vazias de leite e principalmente voluntários. Veja as fotos e mais informações no *Blog do Ari Cunha*.

Imagens

» Sustos com a ventania no Balneário do Camboriú, em Santa Catarina. As imagens nos foram enviadas pela leitora assídua Terezinha Bleyer. Veja no *Blog do Ari Cunha*.

» História de Brasília

A briga do Palace Hotel com Sbacem resultou nisto: o hotel está completamente sem música. Não pode tocar nem eletrola. Por sinal, a Sbacem está exagerando, e a diretoria do hotel negou-se a pagar 30 mil cruzeiros por mês, no que fez muito bem. É dinheiro que não chegaria às mãos dos compositores, porque se desintegraria antes, na partilha entre diversos interessados. (Publicada em 8/3/1962)